

**ATA N.º 7/2019**

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE**

**30/08/2019**

***“Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.***

-----Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezanove, pelas dezoito horas reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Mira, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência do Ex.º Sr. Dr. Néilson Miranda Cadete, secretariado pelo Srª Profª. Maria Clara Simões Clemente, 1.ª Secretária, e pela Sr.ª Ana Maria Neves Rocha, 2.ª Secretária, com a seguinte Ordem do Dia: -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** (Art.º 53.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro):-----

-----**PONTO UM: Descentralização administrativa - lei-quadro de transferência de competências para a administração local- delegação de competências na comunidade intermunicipal da região de Coimbra, cim-rc – saúde - ano de 2019.**-----

-----**PONTO DOIS: Descentralização administrativa - lei-quadro de transferência de competências para a administração local e diplomas setoriais – saúde – ano de 2019.**-----

----- **PONTO TRÊS: Constituição de Empresa Intermunicipal (Município de Mira, Município de Montemor-o-Velho e Município de Soure) e integração do Município de Mira na mesma, bem como, a agregação dos serviços de água, saneamento e outros serviços.**-----

**Aprovação das alterações aos documentos para a Constituição. (Minuta do Contrato de Sociedade e Contrato de Gestão Delegada.**-----

----- **PONTO QUATRO: Procedimento concursal para preenchimento de cargo de direção intermédia de 3º grau para a Unidade de Contabilidade, Património e Aprovisionamento.**-----

----- **PONTO CINCO: Tomada de conhecimento “Assunção de Compromissos Plurianuais”.**-----

----- **PRESENÇA DO EXECUTIVO**-----

----- Em representação do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, o Sr. Vereador, Nelson Teixeira Maltez, a Sr.ª Vereadora, Dr.ª Dulce Helena Ramos Cainé, e o Sr. Vereador, Dr. Fernando José Domingues Madeira.-----

-----**PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

-----Estiveram presentes nesta sessão os Senhores: Mário de Jesus Manata em substituição do Dr. Mário Ribeiro Maduro, Prof. Nelson Miranda Cadete, Jorge

Manuel Quintaneiro em substituição de Regina Serrano, Zélia Morais em substituição da Enf.ª Maria Leonor Cruz Reigota Tomás Borrvalho, Carlos Jorge dos Santos Nora, Pedro Nunes, Prof. Paulo Jorge dos Santos Grego, Ana Maria Neves Rocha em substituição do Prof. Carlos Manuel Domingues Veríssimo, Sr. Hugo Daniel de Pinto Coelho Gomes, Sr.ª Prof.ª Vera Lúcia de Jesus Manco, Vasco Daniel Negrão Mingatos em substituição da Sra. Dr.ª Joana Mafalda da Fonseca Avelino Muralha Teixeira, Sr. Adolfo José Figueiredo Ribeiro Maçarico, Sara Patrícia Braguês em substituição do Dr. Carlos Ventura Pimentel Castelhana, André Frederico Monteiro, João André Reigota Gomes, Enf.º Manuel Ferreira Inocêncio, Luís Filipe Alcaide Antunes, Sra. Marta Sofia Cunha e Silva, Prof.ª Maria Clara Simões Clemente, Paulo Jorge Marques Azeiteiro em substituição do Sr. Pedro Jorge Morais Laranjeiro e os Presidentes das Juntas de Freguesia: de Mira, Sr. Prof. Artur Jorge Ribeiro Fresco; da Praia de Mira, Sr. Dr. Francisco Daniel Soares Reigota; do Seixo, Sr. Dr. Tiago Daniel Castro da Cruz; e o Sr. Gabriel Miranda de Pinho. -----

-----**FALTAS**-----

-----Verificou-se a falta de Regina Maria Duarte Serrano, Joana Mafalda da Fonseca Avelino Muralha Teixeira, Mário Maduro, Telma Milene Magueta Salvador, Carlos Ventura Pimentel Castelhana, Pedro Jorge Morais Laranjeiro, Carlos Manuel Domingues Veríssimo, Maria Leonor Cruz Reigota Tomás Borrvalho. -----

-----**HORA DE ABERTURA**-----

-----Os trabalhos tiveram início às dezoito horas após a verificação de quórum, com as presenças e as ausências anteriormente referidas. -----

---- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** (Artigo 53.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro): -----

---- **PONTO UM: Descentralização administrativa - lei-quadro de transferência de competências para a administração local- delegação de competências na comunidade intermunicipal da região de Coimbra, CIM-RC – saúde - ano de 2019.**-----

---- Tomou o uso da palavra o Sr. **Presidente da Câmara** que referiu que aquela Assembleia era essencialmente devido ao ponto 3 da ordem do dia e que aquele mesmo ponto já tinha sido levado à Reunião de Câmara. Relativamente ao primeiro ponto, referiu que era do conhecimento de todos que havia processos

de descentralização de competências a decorrer, uns eram para os Municípios e outros para as Comunidades Intermunicipais. Sendo aquele ponto para a Comunidade Intermunicipal (CIM), decidiu-se aceitar aquele ponto em conjunto com outros Municípios. Deu o exemplo do Baixo Mondego que tinha uma Unidade Móvel de Saúde. -----

---- Tomou o uso da palavra o Eng.º **André Monteiro (MAR)** e disse que o MAR estava de acordo com aquela passagem de delegação de competências para a CIM, mas estariam a ver até quando a CIM iria conseguir albergar todas aquelas competências dos vários setores. -----

---- Interveio o Sr. **Pedro Nunes (PSD)** que quis partilhar a mesma preocupação que o MAR tinha, mas seria notório os meios operacionais que a CIM tinha. ----

---- Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que disse que estava de acordo com as observações que os deputados tinham referido. -----

---- Afirmou o Dr. **Paulo Grego (PS)** que a questão não estava relacionada com aquela competência, a questão era a articulação da própria CIM, pois teria que ser votado por unanimidade em todas as Assembleias Municipais (e Coimbra não teria conseguido aprovar em Assembleia) e quando assim não era o mesmo ponto era trazido a cada Assembleia e estar-se-ia sempre num impasse. -----

---- Informou o Sr. **Presidente da Câmara** que o que sabia era que na última Assembleia Municipal de Coimbra não teria sido aprovado por unanimidade, mas que à posteriori houveram conversações e já estava tudo resolvido e aprovado. Relativamente àquela transferência em matéria de Saúde não saberia o que iria acontecer. -----

-----**VOTAÇÃO**-----

----Submetido a votação o ponto um da ordem do dia foi **aprovado por unanimidade**. -----

---- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto dois da ordem do dia. -----

-----**PONTO DOIS: Descentralização administrativa - lei-quadro de transferência de competências para a administração local e diplomas setoriais – saúde – ano de 2019.** -----

---- Esclareceu o Sr. **Presidente da Câmara** que aquela transferência de competências na área da saúde era para o Município de Mira e não para a CIM.

Aqui propôs a não aceitação, aquela seria uma obrigação para o ano de 2019 e seria prematuro estar a aceitar aquela transferência. -----

---- Tomou o uso da palavra o Eng.º **André Monteiro (MAR)** que disse já ter havido aquela discussão, pois estar a aceitar uma “coisa” sem saber valores (despesas) não era correto. -----

----**VOTAÇÃO** -----

----Submetido a votação o ponto dois da ordem do dia foi **aprovado por maioria com oito votos contra do PS e os restantes votos a favor por parte do MAR e PSD.** -----

----**DECLARAÇÃO DE VOTO:**-----

---- Tomou o uso da palavra o Dr. **Paulo Grego (PS)** para uma declaração de voto ao ponto 1 e ao ponto 2. Assim, afirmou que o Partido Socialista era a favor da transferência de competências e tinha sido sempre coerente perante os diplomas que eram levados aquela Assembleia. No entanto, achavam que teria de haver mais ambição por parte daquele Executivo, pois não adiantava “empurrar para a frente”, se em 2021 teria de se aceitar as transferências. -----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto três da ordem do dia. -----

---- **PONTO TRÊS: Constituição de Empresa Intermunicipal (Município de Mira, Município de Montemor-o-Velho e Município de Soure) e integração do Município de Mira na mesma, bem como, a agregação dos serviços de água, saneamento e outros serviços.** -----

**Aprovação das alterações aos documentos para a Constituição (Minuta do Contrato de Sociedade e Contrato de Gestão Delegada).** -----

---- Tomou o uso da palavra o Sr. **Presidente da Câmara** que afirmou que já se andava naquele processo de Constituição de Empresa Intermunicipal há algum tempo e devido à sua complexidade eram necessários vários esclarecimentos de várias entidades e daí, haver algumas alterações durante o processo. Um dos pontos seria que a empresa tinha um capital social de 2 milhões e 30 mil euros, onde 30mil eram constituídos em dinheiro e os dois milhões eram em espécie, ou seja, algumas das nossas infraestruturas eram validadas em capital social por peritos avaliadores e validada por revisores oficiais de contas. Havia 2 candidaturas aprovadas para melhoria da qualidade de abastecimento de água e para a execução de saneamento na Zona Industrial Polo I e Polo II. -----

---- Com aquela aprovação de candidaturas, havia um prazo de 3 meses para ter a empresa constituída, caso contrário, correr-se-ia o risco de perder aquele financiamento. Daí a necessidade de realização daquela sessão extraordinária.

---- Tomou o uso da palavra o Eng.º **André Monteiro (MAR)** dizendo que a falta de documentos que haveria até aquele momento teria sido alguma, mas o que estava em causa acerca daquele super “agrupamento de água e saneamento” era a seu ver de interesse público e, portanto, não seria o MAR um entrave. ---

---- Tomou o uso da palavra o Sr. Dr. **Francisco Daniel Soares Reigota (PS)** que quis colocar uma questão relativamente ao “timing” da implementação efetiva daquela empresa. Pois, há cerca de um ano atrás ter-se-ia comunicado sobre aquela temática e foi-lhes transmitido os tempos da “coisa”, logo, pelo que se lembrava no início daquele ano era para estar implementada/ em andamento. Mais disse, estar-se-ia quase no final do ano e as coisas continuavam a não existir. Na sua opinião, sendo contra a implementação daquela empresa, da forma como estava desenhada, julgava que se houvesse algum atraso e necessidade de recuar naquele investimento poderia não ser até mau para o Município pois, era algo que não iria ser bom para as “nossas casas” / nosso concelho. Acha que quando se dão prazos que os mesmos devem ser cumpridos, coisa que, aquele Executivo raramente cumpria nas suas medidas. -

---- Concluiu, questionando para quando o funcionamento daquela empresa. ----

----- Tomou o uso da palavra o Sr. **Pedro Nunes (PSD)** que referiu que o “parto” daquela empresa estava a ser difícil, bastava olhar para aquele dossier (que teria chegado às mãos dos líderes de bancada) mas aproveitar as candidaturas era também de uma extrema importância e esperava que fosse de vez, que aquele processo tivesse êxito. -----

---- Em resposta o Sr. **Presidente da Câmara** disse que, em relação aos prazos, por ser um otimista nato, achava sempre que as coisas iam correr bem. Referiu que sempre afirmou que aquele processo era complexo e informou que haveriam 30 processos a correr como aquele a nível nacional. Como otimista, disse que achava que dali a 6 meses já se estaria a trabalhar. Recuar naquele momento seria perder financiamento de 2 milhões e 600 mil euros para um investimento nunca feito na melhoria da água e saneamento. Por outro lado, achava que era insustentável o Município de Mira ter cerca 1 milhão de euros de prejuízo em água e saneamento por ano. Para gerações vindouras, estar-se-ia a tomar

decisões importantes e a contribuir para uma melhor qualidade de vida do Município. -----

---- Interveio o Sr. Dr. **Francisco Daniel Soares Reigota (PS)** que, em jeito de brincadeira, deu os parabéns sobre a nova forma de comunicar no Facebook, relativamente à comunicação dos pontos e reuniões. Do mesmo modo, um processo daqueles seria também de colocar no mesmo meio, para uma melhor informação. -----

---- **VOTAÇÃO** -----

---- Submetido a votação o ponto três da ordem do dia foi **aprovado por maioria com oito votos contra do PS, e os restantes votos a favor do MAR e PSD.** -

---- **PONTO QUATRO: Procedimento concursal para preenchimento de cargo de direção intermédia de 3º grau para a Unidade de Contabilidade, Património e Aprovisionamento.** -----

---- Explicou o Sr. **Presidente da Câmara** que a designação do júri era uma imposição legal e teria que ser aprovado em Assembleia Municipal. -----

---- Tomou o uso da palavra o Dr. **Paulo Grego (PS)** para dizer que não percebeu muito bem o que se estava ali a aprovar. A dúvida residia se era a abertura do procedimento concursal ou a constituição do júri. No seu entender o que estava no enunciado do ponto não bateria certo com o que se estava a falar. -----

---- Em resposta o Sr. **Presidente da Câmara** disse que no último paragrafo daquela proposta estava a proposta da constituição do júri. -----

---- Tomou o uso da palavra o Sr. **Carlos Nora (PS)** que questionou se o objetivo seria promover pessoas que já eram funcionárias. Se seria um concurso externo ou interno. -----

---- Em resposta o Sr. **Presidente da Câmara** disse que aquele concurso era externo, qualquer pessoa poderia concorrer. -----

---- Tomou o uso da palavra o Dr. **Paulo Grego (PS)** que questionou se a aprovação era para a abertura do procedimento. Questionou acerca da escolha daquela presidente de júri e quais teriam sido os critérios. -----

---- Em resposta o Sr. **Presidente da Câmara** explicou que tinha que ser alguém externo ao Município, com experiência naquela área, comprovada e funções similares àquelas que iriam ser desempenhadas com aquele cargo. Mais disse, que a pessoa em causa era chefe de divisão noutra Câmara Municipal da área financeira e exercia funções superiores na mesma. -----

---- **VOTAÇÃO:** -----

---- Submetido a votação o ponto quatro da ordem do dia foi **aprovado por maioria com 8 abstenções do PS e 1 abstenção do MAR e os restantes votos a favor do PSD.** -----

---- **PONTO CINCO: Tomada de conhecimento “Assunção de Compromissos Plurianuais”.** -----

---- Não se verificaram intervenções neste ponto da ordem de trabalho. A Assembleia Municipal tomou conhecimento da listagem dos compromissos plurianuais.-----

----**ENCERRAMENTO** -----

-----E nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia declarada encerrada a sessão pelas dezoito horas e quarenta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas como se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos números 3 e 4 do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

O Presidente da Mesa

---

(Nelson Miranda Cadete, Prof.)

O 1.º Secretário

---

(Maria Clara Simões Clemente, Prof<sup>a</sup>.)